

Congresso Líder afirma que a iniciativa de fazer a PEC terá que ser do Parlamento

Bolsonaro quer zerar tributos, mas governo é contra a ideia, diz Barros

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Vandson Lima De Brasília

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), disse ontem que o Executivo não irá enviar nenhuma proposta para reduzir ou zerar os impostos sobre combustíveis, como chegou a ser cogitado anteriormente. Segundo ele, o Ministério da Economia é contra a modificação desses tributos e, por isso, não irá tomar qualquer iniciativa. Questionado então sobre a defesa que o presidente Bolsonaro fez em relação à redução desses tributos, Barros comparou o caso com a distribuição de vacinas no país.

“O governo não tomou nenhuma iniciativa para mandar nenhuma proposta de emenda à Constituição (PEC), é o presidente Bolsonaro que diz querer zerar os tributos dos combustíveis. O presidente Bolsonaro é contra a vacina e o governo dá vacina para todo mundo, está entendendo como funciona?”, resumiu.

Barros argumentou que caberia à pasta do ministro da Economia, Paulo Guedes, propor um projeto sobre o tema, mas a equipe dele estaria se recusando a fa-



Barros: governo não tomará iniciativa porque Ministério da Economia é contra

zer isso. “Bolsonaro disse que quer zerar impostos dos combustíveis, certo? Como o governo não escreve o texto para isso, porque é contra, quem deveria escrever o texto? A Economia, mas a Economia é contra, não quer escrever o texto e aí o Parlamento está tomando uma iniciativa”, complementou.

Como mencionou o próprio lí-

der do governo, Bolsonaro disse no fim de janeiro que iria zerar os impostos do diesel, numa clara sinalização aos caminhoneiros, eleitorado que tem relação próxima com o Palácio do Planalto.

De acordo com Barros, no entanto, o governo pode até dar algum palpite nas discussões, mas o assunto será conduzido prioritariamente pelo Congresso Na-

cional, sem uma orientação da gestão bolsonarista.

“A Economia é contra a PEC dos Combustíveis, logo o governo não vai ser a favor [da PEC]. O governo pode sugerir eventualmente um palpite no texto, mas a iniciativa da PEC é do Parlamento”, respondeu a jornalistas. “Pergunta para o ministro Guedes sobre a PEC, ele vai dizer: ‘sou contra’”.

Apesar disso, o líder do governo admitiu que consultou a área técnica para saber se o assunto pode ser resolvido por meio de um projeto de lei complementar. Seria uma alternativa à tramitação por PEC, que tem uma tramitação mais longa.

“Tem outras possibilidades [alternativas à PEC], mas não tenho resposta da área técnica. Estou avaliando se dá pra ser lei complementar, se tributo pode ser tratado em lei complementar”, contou.

Barros também defendeu que, se os congressistas optarem por fazer essa discussão por meio de uma PEC, a proposta terá de enfrentar necessariamente uma comissão especial na Câmara, que pode ser instalada já amanhã. “A admissibilidade não vai [ser discutida] direto no plenário. Vai ser

instalada comissão para análise da proposta”, ponderou.

Hoje, o Congresso tem duas PECs sobre a questão dos combustíveis, uma em cada Casa. A primeira está no Senado, foi apresentada por Carlos Fávaro (PSD-MT), muito criticada pela equipe econômica. Apesar da autoria de Fávaro, o texto foi construído pelo senador Alexandre Silveira (PSD-MG), que é próximo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A segunda PEC está na Câmara dos Deputados e foi protocolada pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ). O governo nega que tenha contribuído com este texto, mas o Valor revelou que seu conteúdo foi escrito pela Casa Civil. Isso porque os registros internos do documento mostram que o texto foi redigido no computador de um técnico do governo, o subchefe adjunto de Finanças Públicas (SAFIN) da Casa Civil, Oliveira Alves Pereira Filho, e enviado para o deputado apresentar oficialmente.

Áureo é do mesmo partido do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), mas nenhum deles se manifestou sobre o assunto quando foram questionados pela reportagem.

Derrubado veto a artigo de Lei dos Partidos

De Brasília

Deputados e senadores derrubaram, em sessão do Congresso Nacional ontem, veto que havia sido feito pelo presidente Jair Bolsonaro a dispositivo que permite a compensação fiscal a emissoras de rádio e televisão pela cessão de espaço em sua programação para o horário gratuito de propaganda partidária.

Com a decisão, será retomado o modelo existente antes da extinção dessas inserções. A compensação deverá ser calculada com base na média do faturamento dos comerciais dos anunciantes do horário compreendido entre 19h30 e 22h30.

Além disso, emissora de rádio ou de televisão que não exibir as inserções partidárias perderá o direito à compensação fiscal e ficará obrigada a ressarcir o partido político lesado mediante a exibição de inserções por igual tempo, nos termos definidos em decisão judicial.

No início deste ano, ao sancionar as alterações feitas pelo Congresso na Lei dos Partidos, Bolsonaro havia vetado este ponto, amparado em argumento do Ministério da Economia de que a compensação fiscal às emissoras “ofende a constitucionalidade e o interesse público” por instituir benefício fiscal com consequente renúncia de receita. Os parlamentares discordaram e derrubaram o veto por ampla margem. Na Câmara, foram 344 votos pela reversão da decisão do Bolsonaro e 49 pela manutenção. No Senado, 54 senadores votaram pela derrubada do veto e 14 pela manutenção. São necessários 257 votos de deputados e 41 de senadores para alterar uma decisão do presidente.

“Essa é uma matéria especificamente partidária e o governo não terá posição”, disse antes da votação o líder do governo, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), admitindo que o veto seria revertido. O líder lembrou que a matéria foi priorizada pelo Congresso porque o calendário eleitoral já previa a veiculação de inserções e a questão poderia ser judicializada.

Já o veto que havia sido feito por Bolsonaro a projeto que tornaria obrigatória a cobertura, pelos planos privados de saúde, de tratamentos domiciliares de uso oral contra o câncer acabou sendo mantido por decisão dos deputados. O Senado chegou a opinar, por 52 votos a 14, pela derrubada do veto, mas os deputados frustraram a derrubada. Foram 234 votos pela reversão do veto e 209 pela manutenção.

Com isso, o Senado votará hoje a Medida Provisória (MP) 1067, que trata do mesmo tema e foi costurada pelo governo em acordo com o Ministério da Saúde e o setor como alternativa ao projeto vetado. Pelo projeto vetado, os medicamentos deveriam ser fornecidos em até 48 horas após a prescrição médica. O governo avaliou que o prazo é inexequível e a medida geraria judicialização.

A MP propõe que em até 10 dias após a prescrição médica, os planos ofereçam ao paciente com câncer ou ao seu representante legal o tratamento antineoplásico domiciliar de uso oral, seja por meio de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada. Além disso, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) terá até 180 dias para concluir processo administrativo e atualizar o rol de procedimentos. (VL e RT)

Flavio assina PEC combatida por equipe econômica e senadores criticam Guedes

De Brasília

Filho do presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) decidiu endossar o projeto criticado pela equipe que trata da redução de tributos dos combustíveis. Ao todo, o texto recebeu assinaturas de 31 senadores, incluindo Flávio, o que permitiu ao autor da PEC, senador Carlos Fávaro (PSD-MT), protocolar o projeto e iniciar sua tramitação. No caso de PECs, o Senado estabelece que a proposta precisa receber ao menos 27 apoiantes.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) de Fávaro cria um auxílio diesel de R\$ 1,2 mil para caminhoneiros e eleva de 50% para 100% o subsídio ao gás de cozinha para famílias de baixa renda. Apesar de o projeto ter sido apresentado pelo senador do Mato Grosso, o autor intelectual

da proposta é o senador Alexandre Silveira (PSD-MG), aliado de primeira hora do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Silveira pediu que o colega de partido apresentasse a proposta em seu lugar justamente para que ele possa assumir sua relatoria durante as negociações. O que acendeu o sinal de alerta no Ministério da Economia, no entanto, é um artigo da PEC que permite reduzir tributos sobre combustíveis e energia. Com isso, o custo da PEC está estimado entre R\$ 75 bilhões e R\$ 100 bilhões.

A assinatura de Flávio Bolsonaro mostra a divisão o no governo. A ala política do Executivo é simpática à redução dos tributos dos combustíveis, enquanto que a equipe econômica vem criticando as propostas em tramitação no Congresso Nacional. O assunto levou, inclusive, à reação de alguns parlamentares. Silveira,

por exemplo, criticou a postura de Guedes diante das tratativas. Na visão dele, o ministro se mostra “inábil” justamente por criar apelidos para os projetos que desagradam sua equipe. No Ministério da Economia, a PEC foi apelidada de “kamikaze”.

“O povo brasileiro está sofrendo e precisa ter, por parte da equipe econômica, uma sensibilidade maior. O ministro Paulo Guedes erra ao intitular projetos da casa para fazer uma peripécia, para desviar o foco, que é a fome. Ele é tão inábil que constrói instabilidade [no Parlamento]. O que o país precisa é previsibilidade”, rebateu Silveira.

Carlos Fávaro usou o mesmo tom contra o ministro da Economia. Segundo ele, foi a “inércia” de Guedes que provocou o Congresso a tomar uma iniciativa. “Kamikaze é a política econômica que ele pratica contra o povo



Flávio: assinatura do filho do presidente expõe divisão dentro do governo

brasileiro. A política econômica enviou o povo brasileiro para a fila do ossinho, para buscar alguma forma de se alimentar”, disse. “Ele não apresentou uma proposta de processo de controle racional de preços de combustível sem ferir o mercado. A inércia dele só pensa em pagar o serviço do juros da dívida”, complementou o senador.

Apesar da troca de farpas, Pa-

checo deu a entender ontem que a PEC criticada por Guedes pode não ser necessária se outras propostas avançarem. “Vamos avaliar se a PEC será necessário ou não. A partir desse raciocínio feito inicialmente pelo processo constitucional, nós podemos então lançar mão, eventualmente, de uma proposta de emenda à Constituição”, disse o presidente do Senado à imprensa. (RT e VL)

Regimento deve manter dificuldades para oposição

De Brasília

O próximo presidente da República, seja ele quem for, continuará a encontrar um regimento da Câmara dos Deputados com menos ferramentas de obstrução que possam ser utilizadas para impedir a aprovação de suas pautas no Legislativo. O grupo de deputados montado para reformular as regras internas da Casa deve finalizar a proposta nos próximos dias e já decidiu que não retomará os instrumentos excluídos no ano passado.

Em maio, no começo da gestão Arthur Lira (PP-AL), a Câmara promoveu diversas mudanças para enfraquecer dispositivos que eram usados pela oposição para tentar impedir a aprovação de uma matéria. Diminuiu os re-

querimentos para retirar projetos de pauta, reduziu o tempo de discursos e ampliou o prazo de duração das sessões, antes limitadas a cinco horas e agora sem hora para acabar.

A mudança enfraqueceu os partidos de oposição e deu mais força aos governistas, mas há outros afetados. A bancada evangélica, por exemplo, tentou retirar de pauta o projeto que legaliza os jogos de azar e foi atropelada no fim do ano. Situações como as 48 horas de sessões para aprovar a medida provisória (MP) dos portos antes que perdesse a validade no governo Dilma também serão mais improváveis.

A obstrução costuma ser usada pelos contrários a uma matéria para forçar os favoráveis a negociar. Por conta disso, quando

Lira criou um grupo de trabalho ano passado para reformular todo o regimento, surgiu a ideia de recuperar parte das ferramentas de obstrução. As novas regras só valerão para a próxima legislatura, quando ninguém tem certeza de quem será governo e quem será oposição, e assim se faria um regimento mais “equilibrado”.

Coordenador do grupo, o deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA) disse que essa proposta não prosperou. “Se eu fosse fazer briga pelo kit obstrução, ia perder no plenário. Preferi centrar os esforços nas partes onde havia condições políticas de avançar”, afirmou. Entre os pontos incluídos por sugestão dele estão meios de maior participação popular, como a possibilidade de entidades de caráter nacio-

nal enviarem para a Câmara pareceres e posicionamentos sobre os projetos, que constarão formalmente do processo legislativo.

Relator do novo regimento, o deputado Eli Borges (Solidariedade-TO) disse que havia 18 requerimentos de obstrução a cada matéria antigamente e que a intenção de retomá-los é “tentativa do embromation” [enrolação] nas votações. “Antes levava 35 minutos para votar cada um desses requerimentos, passava uma semana sem votar um projeto se os contrários não cedessem. Agora não mais. Parlamento é a força da maioria e acabou”, afirmou.

As principais mudanças no regimento serão a adaptação à possibilidade de votação por celular. A regra é o voto presencial, como ocorria antes da pandemia, mas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas Rafael Muniz de Oliveira, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende renovar o contrato 15/2019 com a empresa Auto Suture do Brasil Ltda, para Renovação do contrato cujo objeto é a contratação de empresa por processo de inexigibilidade, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, nos ventiladores pulmonares da marca Puritan-Bennett, modelos 840, nº de patrimônio 07004912, 07004911, 07004910, 07004909, 07005364, 07004913, 01023675, 01023673, 01023676, 01023674, além dos seus respectivos acessórios Valor máximo total: **R\$ 108.000,00**. Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da renovação contratual, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 7 de fevereiro de 2022. Rafael Muniz de Oliveira – Ordenador de Despesas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas Rafael Muniz de Oliveira, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende renovar o contrato 27/2020 com a empresa NP Capacitação e Soluções Ltda, para Prorrogação da vigência do contrato que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de ferramenta (aplicativo) de pesquisas, consolidação e comparação de preços praticados pela administração pública, banco de preços, sistema inteligente de pesquisas de preços, baseado em resultado de licitações adjudicadas e homologadas, serviço de suporte consultivo para módulos do Sistema Tasy do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total: **R\$ 9.179,10**. Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da renovação contratual, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 7 de fevereiro de 2022. Rafael Muniz de Oliveira – Ordenador de Despesas.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico CTMA nº 0817700/000001/2022

MERCADORIA: Eletrônicos, informática, peças diversas, outros

RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS: do dia 16/02/2022 às 8h até o dia 03/03/2022 às 21h.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/03/2022 às 10:30 horas.

LOCAL: www.receita.economia.gov.br : e-CAC - opção "Sistema de Leilão Eletrônico".

EDITAL E INFORMAÇÕES: Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos - Rodovia Santos Dumont, s/nº, km 66, Campinas/SP; no sítio: www.receita.economia.gov.br; ou ainda pelo email eqmap.sp.alfvcp@rfb.gov.br.

ASSINA: Elizabeth Maria de Mello Leite – Presidente da Comissão Especial de Licitação de Mercadorias Apreendidas ou Abandonadas.